

MARINA VIEIRA DE FIGUEIREDO

Mestre e doutoranda em direito tributário pela PUC/SP. Professora dos cursos de especialização em direito tributário do IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários e da COGEAE-PUC/SP. Advogada.

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO
Revisão e seus efeitos

São Paulo

2014

Copyright © 2014 By Editora Noeses
Editor-chefe: Paulo de Barros Carvalho
Coordenação editorial: Alessandra Arruda
Revisão: Semíramis Oliveira
Capa: Ney Faustini
Produção editorial/arte: Denise Dearo

CIP - BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F4393 Figueiredo, Marina Vieira de.
Lançamento Tributário: Revisão e seus efeitos / Marina Vieira de
Figueiredo. – São Paulo : Noeses, 2014.
Inclui bibliografia. 311 p.
1. Direito Tributário. Tributário. I. Título.

CDU 340

2014

Todos os direitos reservados



Editora Noeses Ltda.

Tel/fax: 55 11 3666 6055
www.editoranoeses.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XVII
INTRODUÇÃO	XXI
O direito positivo enquanto conjunto de normas jurídicas	XXII
Nosso objeto de estudos: normas que disciplinam a re- visibilidade do lançamento.....	XXIV
O enfoque teórico.....	XXVI
O método	XXVII
Plano da exposição	XXIX

CAPÍTULO I

NORMAS JURÍDICAS: CONCEITO E ESTRUTURA

1.1. Definição do conceito de norma jurídica	2
1.1.1. O que é uma norma?	2
1.1.2. O que qualifica uma norma como jurídica?	3
1.1.2.1. As acepções em que o termo “jurídico” pode ser empregado	3
1.1.2.2. Os requisitos eleitos pela doutrina para qualificar uma norma como jurídica ...	4
1.1.2.3. Nossa posição: norma jurídica é aquela que pode ser aplicada com o uso da força.....	8

MARINA VIEIRA DE FIGUEIREDO

1.1.2.4. A necessária publicidade para que a norma possa ser considerada como elemento integrante do sistema jurídico..	12
1.2. Estrutura das normas jurídicas: norma primária + norma secundária.....	13
1.3. Normas jurídicas: abstração e concretude X generalidade e individualidade.....	20
1.4. Validade das normas jurídicas.....	22
1.4.1. Teorias sobre a validade	22
1.4.2. Teorias sobre a validade e o sistema dos observadores e dos participantes.....	26
1.4.3. Nosso posicionamento: validade como relação de compatibilidade ou incompatibilidade de norma inferior com a norma de competência..	28

CAPÍTULO II**O PROCESSO DE POSITIVAÇÃO DO DIREITO**

2.1. Dinâmica jurídica: a movimentação das estruturas normativas.....	36
2.2. Incidência normativa.....	40
2.2.1. Teorias sobre a incidência	42
2.2.1.1. Incidência como operação automática e infalível	42
2.2.1.2. Incidência como fenômeno que depende da ação humana	44
2.2.2. Considerações sobre as teorias a respeito da incidência	47
2.3. O posicionamento adotado nesta obra: incidência e aplicação são conceitos sinônimos.....	49
2.4. Fenomenologia da incidência/aplicação das normas ..	53
2.5. A incidência e as normas de competência.....	56

CAPÍTULO III

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

3.1. A ambiguidade do termo “lançamento”	65
3.2. A definição do conceito de lançamento pelo Código Tributário Nacional	67
3.3. A definição do conceito de lançamento pela doutrina em face das disposições do Código Tributário Nacional.....	68
3.3.1. O que é? Ato ou procedimento	68
3.3.2. Quem é competente para efetuar o lançamento? Apenas a autoridade administrativa?	72
3.3.3. Qual a finalidade do lançamento?.....	79
3.4. Nossa definição do conceito de lançamento	81
3.4.1. Lançamento como ato administrativo.....	83
3.4.1.1. A relação indissociável entre ato, procedimento e norma	83
3.4.1.2. Ato como norma geral e concreta que introduz outra regra no sistema.....	86
3.4.1.3. A qualificação do ato como “administrativo”	89
3.4.2. Lançamento como ato privativo da Autoridade Administrativa.....	93
3.4.3. Lançamento como ato destinado a constituir o crédito tributário.....	95
3.4.3.1. Crédito tributário como elemento indissociável da obrigação	95
3.4.3.2. Crédito tributário e as relações jurídicas decorrentes da aplicação das normas secundárias.....	98
3.4.3.3. Eficácia constitutiva do lançamento....	100

3.4.4. Síntese da definição do conceito de lançamento	102
3.5. Lançamento e teoria dos atos administrativos.....	103

CAPÍTULO IV

REVISÃO DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

4.1. Introdução.....	108
4.2. Revisão X Alteração: imprecisão terminológica	109
4.3. Revisão: procedimento ou ato?.....	111
4.4. A partir de que momento é possível a revisão do lançamento?.....	113
4.4.1. A dicotomia lançamento provisório X lançamento definitivo	113
4.4.2. Lançamento definitivo: elementos constitutivos.	122
4.5. O que motiva a revisão do lançamento.....	126
4.5.1. Os vícios a que estão sujeitas as normas jurídicas.	133
4.5.1.1. Vícios quanto ao sujeito (requisito subjetivo).....	134
4.5.1.1.1. Capacidade da pessoa política e competência do órgão ou do terceiro responsável pela prática do ato.....	135
4.5.1.1.2. Competência e legitimidade do agente público	139
4.5.1.1.3. O exercício da competência e os impedimentos de caráter especial	142
4.5.1.1.4. Exemplos de vícios subjetivos no lançamento tributário	143
4.5.1.1.4.1. Lançamento realizado por auditor	

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO: REVISÃO E SEUS EFEITOS

	fiscal lotado em jurisdição diversa do domicílio do su- jeito passivo	144
	4.5.1.1.4.2. Lançamento rea- lizado por agente público no exer- cício de função jul- gadora	145
4.5.1.2.	Vícios quanto ao procedimento (requi- sito procedimental)	147
	4.5.1.2.1. A legislação que disciplina o procedimento de fiscalização e sua aplicação retroativa	149
	4.5.1.2.2. Exemplos de vícios procedi- mentais no lançamento tribu- tário	153
	4.5.1.2.2.1. Ausência de Man- dado de Procedi- mento Fiscal – MPF	153
	4.5.1.2.2.2. Falta de intima- ção dos titulares de conta conjunta para comprovação de origem dos de- pósitos	157
4.5.1.3.	Vícios quanto ao local (requisito espa- cial)	159
	4.5.1.3.1. Exemplo de vício espacial no lançamento tributário: lança- mento formalizado fora do es- tabelecimento do contribuinte	161
4.5.1.4.	Vícios quanto ao tempo (requisito temporal)	162

MARINA VIEIRA DE FIGUEIREDO

4.5.1.4.1. Requisito temporal no lançamento: prazos de decadência estabelecidos no Código Tributário Nacional	162
4.5.1.4.2. Os prazos de decadência e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: a superação da tese dos 10 (dez) anos para constituição do crédito tributário pelo Fisco....	167
4.5.1.4.3. Vícios temporais no lançamento: exemplos de inobservância dos prazos de decadência	170
4.5.1.5. Vícios quanto à matéria (requisito material)	174
4.5.1.5.1. A regra-matriz de incidência e os vícios a que está sujeita a norma introduzida pelo lançamento	176
4.5.1.5.2. O erro de fato e o erro de direito	178
4.5.1.5.3. Erro de direito e alteração de critério jurídico	184
4.5.1.5.4. Exemplos de vícios materiais no lançamento tributário	190
4.5.1.5.4.1. Não comprovação do fato que dá ensejo ao dever de pagar o tributo (erro de fato)	191
4.5.1.5.4.2. Exigência de IR sobre parcelas indenizatórias (des-	

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO: REVISÃO E SEUS EFEITOS

	criação de fato que não se subsume à hipótese da RMIT – erro de direito) .	195
4.5.1.5.4.3.	Divergências quanto ao valor do imóvel para fins de cobrança do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (não comprovação da base de cálculo do tributo – erro de fato).....	197
4.5.1.5.4.4.	Exigência do ICMS sobre demanda contratada, não energia consumida (utilização de base de cálculo diversa daquela prescrita pela RMIT – erro de direito)	200
4.5.2.	Os vícios a que está sujeito o lançamento e os elementos essenciais do Auto de Infração	204
4.5.3.	Os vícios no lançamento sob a perspectiva da teoria dos atos administrativos.....	207
4.5.3.1.	Vícios quanto ao sujeito	209
4.5.3.2.	Vícios quanto ao motivo.....	210
4.5.4.2.1.	Motivo X motivação.....	212
4.5.3.3.	Vícios quanto ao procedimento	215
4.5.3.4.	Vícios quanto à finalidade	215

MARINA VIEIRA DE FIGUEIREDO

4.5.3.5. Vícios quanto à causa do ato.....	217
4.5.4. A dualidade vícios formais X vícios materiais .	219
4.6. Os procedimentos de revisão	222
4.6.1. Impugnação do sujeito passivo.....	223
4.6.1.1. Impugnação administrativa	224
4.6.1.2. Impugnação judicial	228
4.6.1.3. Concomitância entre processo admi- nistrativo e processo judicial.....	231
4.6.2. Recurso de ofício.....	232
4.6.3. Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	233
4.7. O ato de revisão do lançamento.....	236
4.7.1. O exercício irregular da competência e a nul- dade como “sanção” aplicável	237
4.7.1.1. A estrutura da norma anulatória.....	239
4.7.1.2. A norma anulatória e seus âmbitos de aplicação	240
4.7.1.2.1. Âmbito material da norma anulatória	240
4.7.1.2.2. Âmbito temporal da norma anulatória (efeitos <i>ex nunc</i> ou <i>ex tunc</i>).....	244
4.7.1.2.3. Âmbito espacial da norma anulatória	245
4.7.1.2.4. Âmbito pessoal da norma anu- latória (efeitos <i>erga omnes</i> ou <i>inter partes</i>)	245
4.7.1.3. Os âmbitos de aplicação da norma que anula o lançamento tributário	247
4.7.1.4. Nulidade, anulabilidade e os efeitos da da norma anulatória	249
4.7.2. A convalidação do lançamento	250

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO: REVISÃO E SEUS EFEITOS

4.7.2.1. Definição do conceito de convalidação	250
4.7.2.2. A convalidação do lançamento	252
4.7.2.3. O prazo para a convalidação do lançamento	254
4.7.3. A manutenção de lançamentos irregulares	254
4.7.3.1. A possibilidade de manutenção do lançamento defeituoso como sinônimo de incidência de regra de exclusão da ilicitude ou da culpabilidade	258
4.7.4. A questão do lançamento suplementar.....	263
4.7.5. A impossibilidade de revogação do lançamento	265
CONCLUSÕES.....	267
BIBLIOGRAFIA.....	273